

4. Presentes e passados de romances e países

Ubiratã Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, U. Presentes e passados: de romances e países. In: *Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 163-189. ISBN: 978-85-68576-92-2. <https://doi.org/10.7476/9788568576922.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Presentes e passados: de romances e países

Neighbours é construído sobre uma estrutura que se cinde em dois planos narrativos: um, em tempo presente, rigidamente distribuído em capítulos que compõem uma equação do tempo em função do espaço; e outro, um plano de pretérito, que aglomera os mais diversos “passados” de cada personagem em sequências que se tornam micronarrativas no interior da macronarrativa da ação contínua em tempo presente. Um descompasso latente, no entanto, impõe-se entre esses dois planos, de modo que a ação em tempo presente viciosamente depende constantemente de saltos em direção ao passado para justificar o que agora ocorre. A esse descompasso entre uma dimensão e outra da narrativa chamamos de *presente dependente*.

Os sobreviventes da noite apresenta uma voz narrativa absolutamente onisciente que discorre sobre os assuntos num à-vontade tamanho que um tópico nunca se impõe por muito tempo. Ao narrar a ação de qualquer personagem em tempo presente, descola-se facilmente em direção à história pessoal dessa personagem, de modo que a sequência narrativa no tempo presente chega até a se perder. Esses engastes narrativos que deslocam o foco para o passado constituem duas camadas de tempos narrativos: um passado concreto, que narra a história pessoal de cada personagem, e um passado iterativo, na maioria das vezes composto por rotinas do acampamento de guerra. A esse presente que nunca se desenrola, mas que está constantemente

embreado por engastes constituídos em uma das camadas de passado chamamos de *presente dependente*.

O presente dependente de *Neighbours* apresenta-se estritamente bem dividido entre os apartamentos, um sequer toca o outro, numa precisão e numa economia de meios latentes e incisivos. O presente dependente de *Os sobreviventes da noite* encontra-se por sua vez todo disperso e embaralhado no caos da densa massa textual que compõe o romance. Ambos os tempos presentes se realizam com uma dificuldade enorme de estabelecimento. Fazem flutuar o foco narrativo em direção aos passados mais remotos e se esquecem de retornar. São incapazes, *a priori*, de narrar o presente caso não tenham ido buscar argumentos nas histórias pessoais de cada personagem que justifique a razão de existirem como agora estão, e onde estão. O que é uma personagem em *Neighbours* e em *Os sobreviventes da noite* senão uma pesada carga de passado comprimida num presente que nada mais é do que a extensão daquele? Um indivíduo nesses dois romances é um trajeto, uma sucessão de causas e efeitos, deslocamentos, afiliações, espaços, gostos, caracteres, contradições, erros e acertos que são fundamentais para tudo o que se possa suceder a eles no presente.

Neighbours confina o presente nos apartamentos milimetricamente divididos uns dos outros. Universos autônomos que não dialogam, exceto por um destino comum que abala a tudo no final daquela fatídica noite. Uma só camada de passados, aglomeradas num mesmo plano da narrativa, embora cada uma com sua devida profundidade temporal. Já em *Os sobreviventes da noite*, o segundo plano imediato, aquele que narra os trajetos pessoais, embaralha diversas histórias, como foi o caso de Penete e Rosa, que moraram na mesma aldeia, ou Severino e o velho Matias, que chegaram juntos ao acampamento, e Severino e Maxanissa, que também tinham pertencido à mesma aldeia. Além disso, a segunda camada de temporalidades, o passado iterativo, alinha todos num mesmo tempo lodoso que, por não ter

uma marcação temporal concretamente definida, parece se repetir *ad aeternum* naquele cotidiano em que homens compunham uma massa humana informe.

A dimensão desse tempo diegético atual nesses romances é composta, na verdade, por presentes dependentes dos passados, como que estrangidos a avançarem em diante sem que paguem o devido tributo ao pretérito que os compõe. A leitura chega a ficar cansativa, o enredo narrativo se confunde, se embaralha entre tantas histórias. Quantos enredos não haverá em *Neighbours*? Quantos núcleos narrativos autônomos não estarão misturados em *Os sobreviventes da noite*? Trata-se de um telurismo temporal, de um vicioso voltar-se para trás, de perscrutar as razões pelas quais o presente hoje ocorre como é. Um passado latente, gritante, que se impõe a qualquer custo na malha narrativa, velado sob o olhar de narradores oniscientes que pressentem que nada no presente faz sentido se não estiver colocado sob a perspectiva histórica, da trajetória pessoal de cada indivíduo. Outrossim, afetado de modo total pelo passado latente e inflamado, tem-se o presente enigmático, esfíngico, em forma de uma grande interrogação que só faz propor uma só e grande questão ao passado: quem são essas personagens e de onde vieram? Por que estão aqui agora?

Resta perscrutar os caminhos que a hipótese do presente dependente percorre para se conectar à história e ao condicionamento social a que essas obras fazem parte. É possível identificar, por princípio, que ambas as obras trazem uma referencialidade histórica muito bem marcada, no entanto. *Neighbours* trata de um momento específico da história de Moçambique em que grupos armados por sul-africanos cometiam os primeiros atentados armados na cidade de Maputo. Enquanto *Os sobreviventes da noite* tratam de um contexto mais extremo, em que a guerra já se encontrava totalmente estabelecida no interior do país, tendo tempo o suficiente para ter gerado seus próprios filhos, como é o caso da personagem José Sabonete, um filho da guerra. Ora,

ao tratar de uma situação de catástrofe endêmica que atingia todo o corpo social de um país inteiro, não será curioso que a ênfase venha cair muito mais sobre as histórias pessoais do que sobre uma história coletiva nacional? Não será isso uma contradição por princípio? Aqui estará, porventura, um ponto nevrálgico das relações entre estética e história.

Um olhar sobre a teoria e a história da literatura, no entanto, nos mostrará que esse enfoque sobre o indivíduo talvez não seja coisa especialmente nova. Ian Watt (2010), refletindo a respeito das mudanças econômicas, sociais e de pensamento na sociedade inglesa que acompanharam e, de alguma forma, possibilitaram o advento do romance enquanto forma narrativa, aponta justamente para as transformações de base econômica (o advento do moderno capitalismo industrial) e de base ideológica (a difusão do protestantismo) como motores para o surgimento do que ele chama de sociedade individualista, em oposição a uma sociedade regida pela tradição como uma força social coercitiva (*Ibid.*, p. 64). Esses aspectos estariam patentes na ascensão do romance, segundo afirma (*Ibid.*, p. 63):

Parece que o interesse do romancista pela vida cotidiana de pessoas comuns depende de duas importantes condições gerais: a sociedade deve valorizar muito cada indivíduo para considerá-lo digno da sua literatura séria; e deve haver entre as pessoas comuns suficiente variedade de convicções e ações para que seu relato minucioso interesse a outras pessoas comuns, aos leitores de romances. Provavelmente essas condições só vieram a prevalecer em época mais ou menos recente, pois resultam do surgimento de uma sociedade caracterizada por aquele vasto complexo de fatores independentes que se denomina “individualismo”.

Ora, essa ênfase sobre “pessoas comuns” que acompanha a ascensão do romance em seus primórdios parece estar de acordo com a ênfase sobre o indivíduo que acompanha a hipótese do presente dependente em *Neighbours* e em *Os sobreviventes da noite*. No entanto,

nas duas obras africanas, a ênfase que percebemos através da hipótese do presente dependente não se trata de um delineamento maior ao indivíduo que se opunha à tradição épica dum *ancien régime*. Não parece que nos dois romances tenhamos um indivíduo que se forma em face da história, de modo que só conseguimos analisar isso de forma externa e diacrônica, mas sim um indivíduo que se compõe da história, na medida que seu trajeto pessoal acaba sempre atravessado por um acontecimento histórico. A ênfase não está no fato da especialidade de se tratarem de “pessoas comuns”, mas está sobre a matéria de que se compõem diversas pessoas comuns, ou seja: quem são? De onde vieram? Para onde vão?

Antonio Candido, no clássico *Formação da literatura brasileira*, parece identificar um processo estético semelhante, muito embora tenhamos motivos para acreditar que a proximidade entre o que ele assinala com o que ora analisamos não passe de semelhança. Trata-se do que ele chama de *digressão*, conforme pode observá-la na obra romanesca de Teixeira e Sousa, procedimento ao qual ele reconhece uma relativa antiguidade: “consiste nessa sobrevivência dos romances medievais que é o enxerto de histórias secundárias” (CANDIDO, 2013, p. 447). Trata-se de denominar digressão justamente porque, conforme diz, “em Teixeira e Sousa, são quase sempre os protagonistas que dão lugar à digressão” (*Ibid., loc. cit.*). Bem, seria bastante difícil encontrarmos uma personagem protagonista na massa narrativa que temos diante de nós nos romances moçambicanos – e talvez por isso mesmo não possamos dizer que se trata do mesmo procedimento, uma vez que nossa digressão, quando muito, pertence somente à órbita da instância narrativa. Mas alguma semelhança é bastante útil: “É propriamente a marcha em ziguezague que transforma *A providência* [obra de Teixeira e Sousa] num sistema de retrospectos, servindo a ação presente quase apenas de pretexto para eles ocorrerem” (*Ibid., loc. cit.*).

Parece-nos que a definição que Tzvetan Todorov atribui ao que chama de *engastes narrativos* (justamente a terminologia que

até aqui utilizamos, não por acaso) se aproxima com alguma relevância do fenômeno que analisamos nos romances moçambicanos. Todorov, analisando certas estruturas que se repetem em *As mil e uma noites* e no *Manuscrito de Saragossa*, percebe que cada inserção de uma nova personagem coincide a uma interrupção na narrativa, a uma nova história atomizada que se engasta no enredo total, como diz (TODOROV, 2003, p. 100):

O surgimento de um novo personagem acarreta inevitavelmente a interrupção da história precedente para que uma nova história, aquela que explica o “estou aqui agora” do novo personagem, nos seja contada. Uma nova história é englobada na primeira; esse procedimento chama-se *engaste* (*enchâssement*).

Todorov analisa que esses engastes, a inserção do que chama de “homens-narrativas”, corresponde, em última instância, a uma subordinação gramatical sintática (*Ibid.*, p. 103). No entanto, as obras analisadas pelo crítico franco-búlgaro favoreceram a essa percepção. A busca pelos elementos linguísticos que marcam e caracterizam os engastes nas duas narrativas africanas ora analisadas só pôde demonstrar como certo uso de dois tempos verbais específicos determina duas camadas de pretérito nos engastes de *Os sobreviventes da noite*. Mais uma diferença salutar, no entanto: Todorov analisa a questão dos engastes dos homens-narrativas mostrando justamente que muitas vezes novas personagens que se engastam às narrativas anteriores é que são obrigados a contar suas próprias histórias (o *mise-en-abyme* de narrativas dentro de narrativas, em *As mil e uma noites* é vertiginoso). Nesse sentido, Todorov define que, na obra que estuda, o engaste caracteriza-se como um imperativo enunciativo: “toda narrativa tem de tornar explícito seu processo de enunciação; para isso, porém, é preciso surgir uma nova narrativa em que esse processo de enunciação passa a ser apenas uma parte do enunciado” (*Ibid.*, p 111). Nas duas

obras africanas que analisamos agora, com raríssimas exceções, as personagens cujas histórias pessoais se engastam na narrativa central em tempo presente nunca enunciam as próprias histórias.

Antes, temos em *Neighbours* e em *Os sobreviventes da noite* uma voz narrativa central cuja onisciência e fluidez, respectivamente, determinam o acesso ao passado mais remoto de cada personagem. Por isso é difícil falar de excesso de memória nos dois romances, pois, caso pudéssemos usar o termo, teríamos de falar de memória do narrador, e não das personagens. Somente em alguns momentos pontuais é que fica claro que o engaste narrativo deriva de uma lembrança da personagem, e isso é verificável, por exemplo, quando Leia rememora a história de Januário. Em *Os sobreviventes da noite*, a fluidez do narrador é determinante, e por isso não é possível supor que as personagens estejam rememorando seus passados, ainda que, havendo uma ausência de memória no caso específico de António Boca, corresponda a isso uma relativa ausência de profundidade no plano pretérito. A única circunstância enunciativa que emoldura os engastes é a consciência onisciente e fluida das vozes narrativas. E, definitivamente, não há exceções.

A análise da hipótese dos presentes dependentes em *Neighbours* e em *Os sobreviventes da noite* pode tomar corpo e se dinamizar se for colocada a par de análises dos condicionamentos sociais vividos pelas populações moçambicanas que remontarão desde o início da construção do Estado nacional até certos determinantes que incidirão na eclosão do intenso conflito armado que assolou o país na década de 1980. Trata-se, amiúde, de pensarmos na força centrípeta que circundou a formação do nacionalismo moçambicano conforme engendrado pela FRELIMO, baseado na ideia do homem novo moçambicano e a necessidade urgente de criar um nacionalismo de base unitária no espaço anteriormente ocupado pelo peso da administração colonial, o que pautou certas relações entre o centralismo do poder e as diversas culturas das populações rurais. Essas questões estarão justamente na

base do conflito social que eclodiu na guerra pós-independência em Moçambique e isso será central para nossa análise.

O antropólogo Lorenzo Macagno (2008, p. 229) analisa que o ideal do homem novo definido pela FRELIMO (que ele curiosamente denomina em diversos momentos de Estado/partido) teria se iniciado logo no início da luta armada, quando definiu dois sistemas educacionais antagônicos aos interesses revolucionários da luta armada: o primeiro seria a educação assimilacionista colonial, que deveria ser abolida, e a segunda seria a educação tradicional, oriunda das várias culturas endógenas existentes no território, que seriam então consideradas como uma “superstição” que tomava o lugar a uma educação de cunho cientificista que, esta sim, poderia levar a nação ao progresso, conforme afirma (Macagno, 2009, p. 21):

O tribalismo, a superstição, a tradição atentariam contra a tentativa de construir a nação moçambicana [...]. Seria impossível imaginar semelhante operação de engenharia social e moral sem uma parcela de tortuosidade e violência. Esse processo de união foi levado a cabo, mais tarde, pelo Estado/partido Frelimo que assumiu o papel dirigente de vanguarda denunciando os “desvios” doutrinários promovidos pelos “inimigos” da nação.

O antropólogo Peter Fry, indo mais longe, busca perceber como esse novo projeto de neutralização das diversas pertencas culturais alheias (ou mesmo diferentes) da nova proposta nacionalista unitária conforme era formulada e propagada pelo partido, quando efetivada através de práticas aplicadas a um novo sistema educacional e novas manobras sociais, terá suas semelhanças com o que teria acontecido no passado colonial quando, em nome de um progressismo eurocêntrico e imperialista, as mesmas pertencas culturais deveriam ser neutralizadas com vistas à elaboração do “assimilado” (FRY, 2003, p. 291). Noutra redação mais descontraída, chega a formular a hipótese da seguinte forma (FRY, 2011, p. 208):

Afinal, poder-se-ia argumentar que enquanto os moçambicanos se emanciparam do governo colonial português, no sentido de alcançar a independência política, não deixaram de serem submetidos, em seguida, a outras formas de controle governamental coercitivo. A opção socialista da Frelimo produziu um regime altamente centralizador, planejador e, talvez, até mais insistente na sua “verdade” socialista do que os colonos portugueses tinham sido [...]. Como tenho argumentado, não consigo ver tanta diferença entre a política de assimilação dos portugueses durante o “tempo colonial” e a política de conversão dos moçambicanos em novos homens socialistas ao longo do “tempo de Samora”. A primeira produziu uma pequena elite negra e mestiça [...], a segunda também produziu uma elite, só que de dirigentes denominados “estruturas”.

Ora, esse conflito de construção centrípeta de um Estado nacional que pretendia avançar por sobre as possibilidades outras de pertenças culturais, o que, como bem demonstrado por Macagno, não poderia ser feito sem uma dose de violência, pode estar na base de um desconforto constante para uma parcela da população que teria sido vítima direta desse processo. Como se indaga o historiador francês Michel Cahen (2005, p. 44): “a moçambicanidade existe, mas qual é a fracção da população para a qual ela é a identificação íntima mais operacional para as escolhas da vida?”. Esse distanciamento entre um Estado que se formava de modo centralizador e as aspirações pessoais de cada comunidade ou indivíduo decerto geraria uma fratura entre a concepção e abrangência do nacionalismo do qual o Estado era símbolo máximo e as diversas pertenças culturais distintas. Isso não seria, no entanto, tão determinante caso não estivesse alinhado a certas estratégias de ocupação do território por aparatos de poder que representassem, efetivamente, uma possibilidade de administração ligada diretamente ao poder central do Estado na capital.

Após a independência do país, o governo central encorajou os trabalhadores agrícolas das empresas coloniais abandonadas a

retornarem ao trabalho e se organizarem em cooperativas, e, a partir de 1976, na 8ª Sessão do Comitê Central da FRELIMO, foi definido que as aldeias comunais deveriam consistir no modelo de desenvolvimento agrário do país, como define o geógrafo Manuel Araújo (1988, p. 183). A partir disso, uma política de Estado foi empreendida para o deslocamento da população das suas terras de origens com vistas à formação de novas aldeias. Com isso a produção agrícola deixou de ser familiar (ou latifundiária, como no tempo colonial) e transformou-se no modelo de produção comunal com vistas a fornecer alimentos a preços baixos para as cidades, como analisa o economista João Mosca (2008, p. 52; 1999, p. 136-140). Christian Geffray (1991, p. 23-24) observa a construção das aldeias com pessimismo, afirmando que sua construção logrou somente espalhar sobre o território uma estrutura governamental hierárquica que garantisse o controle central do partido em todas as regiões, considerando que as consequências políticas e culturais desse manejo seriam “insuportáveis”, pois, segundo explana (*Ibid.*, p. 53):

[As intervenções políticas no meio rural] podem igualmente ser consideradas como os efeitos mais graves dum processo político e ideológico mais geral e profundo, sendo a expressão concreta da negação da própria existência histórica e social das sociedades rurais. [...] Os agentes e especialistas de desenvolvimento do Estado concebem as populações rurais apenas como uma série aritmética de indivíduos associializados; no seu espírito, tudo se deve obrigatoriamente passar como se os camponeses subsistissem isolados uns dos outros e tivessem, curiosamente, esperado a Frelimo para se dotarem de uma organização social.

Os conflitos gerados no meio rural de Moçambique, sobretudo aqueles ligados às antigas chefaturas e tradições relacionadas à constituição de autoridades sociais e políticas locais que agora eram postas à margem da constituição do Estado, contribuirão paulatinamente para

criar uma cisão cada vez mais profunda entre um contingente massivo da população e essas estratégias de integração nacional centrípeta à construção do Estado. Ora, uma junção de fatores muito nefasta fez com que essa cisão social de Moçambique viesse a encontrar com outra tensão, dessa vez relacionada à política externa do país, que fez com que a fagulha fosse atirada em direção à pólvora. Trata-se do conflito que Moçambique estabeleceu com a Rodésia de Ian Smith, primeiramente, e depois com a África do Sul, ambos sob regimes apartheístas a quem o governo socialista e negro no país vizinho era um entrave, por vários motivos.

Para compreender as tensões no âmbito da política externa de Moçambique independente é preciso atentar para a composição econômica da África Austral como um conjunto sistêmico de economias-satélite que gravitavam em torno da potência regional sul-africana, desde o tempo da colonização. O economista belga Marc Wuyts (1980, p. 22) empreende uma sistematização analítica do que chama de “acumulação de capital” em Moçambique, de modo que seja possível perceber as dinâmicas que envolveram essa estruturação econômica e os embates entre as diversas vertentes dos empreendedores. Ao discutir essa “história do capitalismo” colonial em Moçambique, demonstra que a colônia portuguesa compunha uma economia-satélite que gravitava em torno da macroeconomia da África do Sul, investida de capital britânico, seja exportando mão de obra para os *rands*, seja nos caminhos de ferro que serviam à escoação da produção sul-africana ou rodesiana, desde o extrativismo do *hinterland* até o litoral mais próximo, cujo acesso demandava menor tempo e menor custo.

Após a independência de Moçambique, inúmeros grupos de colonos brancos portugueses migraram para Salisbury, a capital da Rodésia, em fuga do ambiente de transição política que se estabelecia na antiga colônia portuguesa, e, na maioria das vezes, contrariados com a transferência de poder direto para a FRELIMO. Levavam

consigo também um contingente de soldados do exército português desmobilizados e também uma quantidade de milícias particulares formadas para a defesa dos latifúndios privados durante a guerra de independência. O conjunto heterogêneo dessas pessoas mobilizadas em Salisbury partilhava de um projeto que as historiadoras Maria Paula Meneses e Catarina Antunes Gomes (2014, p. 1015) chamam de “terceira África”, um projeto de nacionalismos brancos neocoloniais que procuravam manter a África Austral sob o domínio de elites brancas que assegurassem que toda essa região permanecesse a serviço do capital ocidental¹⁸. Esse pacto entre elites, na verdade, já teria envolvido África do Sul, Rodésia e Portugal no chamado *Exercício Alcora* – um conjunto de esforços militares e econômicos para reverter o destino das lutas nacionalistas na África Austral durante os primeiros anos da década de 1970 (MENESES, 2013, p. 58).

Aliado a isso, a Rodésia vivia uma complexa situação de Estado não reconhecido pela ONU, o que teria rendido-lhe sanções econômicas internacionais que teriam danificado gravemente sua economia; diante disso, a independência de Moçambique era-lhe uma ameaça, pois o país dependia diretamente do corredor da Beira como uma saída para o mar (GEFFRAY, 1991, p. 11). O novo governo moçambicano, no entanto, não só foi absolutamente intransigente na aplicação das sanções (por motivações de ordem político-ideológica, como é evidente) como manifestou apoio à luta contra o *apartheid* no país vizinho, permitindo a instalação de bases em território moçambicano de grupos opositores ao governo de Ian Smith na Rodésia, como ZANU

¹⁸ As pesquisadoras empreendem um longo levantamento de grupos paramilitares formados antes mesmo do processo de transição do poder em Moçambique, alguns envolvidos em episódios como o 7 de setembro. Outros, como o grande industrial da Beira, Jorge Jardim, que chegou a propor um projeto de “independência lusitana para Moçambique” a Marcello Caetano, que fez com que tropas suas se movimentassem no centro do país em 1974, operando as primeiras ações de sabotagem (MENESES; GOMES, 2014, p. 1006).

e ZAPU. O governo moçambicano também manifestou apoio à ANC, contrária ao *apartheid* da África do Sul. A partir da Rodésia, portanto, àquela altura, empreenderam-se as primeiras investidas armadas contra Moçambique com o objetivo de desestabilização do novo país, através de um grupo que identificar-se-ia como MNR (*Mozambique National Resistance*). Este é o princípio do que se transformaria na guerra civil em Moçambique, constituída agora como uma evidente “guerra de agressão”, como queriam os dirigentes da FRELIMO. Geffray (1991, p. 13), afirma que:

As acções de terror desencadeadas nessa altura, por vezes com o apoio directo dos helicópteros do exército rodésiano, foram sem dúvida alguma obra de um apêndice mercenário da burguesia racista de Salisbury em colaboração com os elementos mais decididos e exaltados dos meios coloniais expulsos de Moçambique. A guerra que nessa altura atingia a região do centro de Moçambique era uma pura guerra de agressão.

No entanto, a primitiva MNR dura muito pouco tempo. Com o fim oficial da Rodésia em 1980 através de uma eleição que levou a ZANU de Robert Mugabe ao poder de forma pacífica e criou o Zimbábue, a MNR, agora migrada para o território moçambicano, muda de feições. Sem o apoio oficial da Rodésia, a guerra passa a alimentar-se principalmente desde o interior de Moçambique, e talvez não seja mais possível falar de “guerra de agressão ou desestabilização” a partir desse momento de uma forma tão determinante, pensando que a agressão externa fosse o único motivo que alimentasse a guerra. Além disso, o apoio externo chegava agora desde a África do Sul, que, após a chegada de Pieter Botha ao poder em 1978, tornou-se intransigente com a presença da ANC em outros países (Visentini, 2012, p. 102). Ao menos no nível da diplomacia internacional, no entanto, o Acordo do Nkomati, celebrado pelos presidentes Samora Machel e Pieter Botha em março de 1984, comprometia Moçambique a não mais

alojar a ANC em seu território, do mesmo modo que comprometia a África do Sul a não mais apoiar as ações da RENAMO. No entanto, a agora RENAMO, no interior de Moçambique, encontrava ensejo para sua manutenção a partir das fissuras sociais causadas pelas políticas adotadas pela FRELIMO, o que a iniciativa rodesiana no fim da década de 1970 e o apoio sul-africano do início dos anos de 1980 nem sequer poderiam prever. Geffray (1991, p. 13) transcreve a fala do chefe do serviço secreto rodesiano, Ken Flower: “*I began to wonder whether we had created a monster now beyond control*”¹⁹.

Do ponto de vista dos conflitos sociais internos estabelecidos pelo centralismo do Estado moçambicano, a RENAMO acabou por representar uma saída armada, alguma opção contrária às medidas tomadas pela FRELIMO no interior do país, que, em muitos locais, acabou por ter consequências nefastas. Como afirma Geffray (1991, p. 155):

Alguns anos após a independência, as tensões existentes no seio das próprias populações rurais e as que as opunham ao Estado aldeão da Frelimo eram importantes. Contudo, por agudas e dramáticas que fossem em alguns casos, não havia razão alguma para que saíssem do quadro pacífico em que se exprimiam até à chegada da Renamo. Mas esta, ao criar pelas armas as condições do estabelecimento de algumas populações fora do controlo do Estado da Frelimo, alterou os termos do conflito, dando-lhe uma forma nova, violenta. Assim, a Renamo criou e estabilizou as condições de uma confrontação durável: as populações dissidentes aliam o seu destino ao de um *corpo social* armado, para quem a guerra é o elemento vital.

Estava armado, portanto, o círculo vicioso de violência que não teria fim tão cedo, pois tratava-se de uma guerra que se alimentava

¹⁹ Em tradução livre: “Passei a me questionar se não havíamos criado um monstro agora fora de controle”.

de si própria. Sem um projeto para uma sociedade civil estabilizada após o término da guerra, é complexo compreender hoje em dia as causas das brutalidades praticadas pelos saques e ataques do grupo. Composto, na maior parte, de jovens raptados de zonas não controladas, o exército da RENAMO reconheceu-se, com efeito, por uma verdadeira carnificina empreendida com uma violência desmedida em todos os locais que atacaram – a política era efetivamente de “terra arrasada”, e somente entrando nos anos de 1990 é que o discurso da RENAMO passou a admitir que seu projeto era de defesa da democracia. Segundo Brück (1998, p. 1032), a RENAMO chegou a atuar de forma “míope ao destruir muito capital social e privado”, reduzindo assim a capacidade de rendimento das áreas atacadas, “danificando assim seu financiamento de guerra”. A duração do conflito entre RENAMO e FRELIMO assolou o país de tal forma que toda a estrutura estatal estava completamente danificada em 1987 (VISENTINI, 2012, p. 103; MATSINHE, 2011, p. 32).

A compreensão das causas da guerra pós-independência em Moçambique passa, portanto, necessariamente pela conjugação de uma série de fatores exteriores e interiores que desafiam o olhar pesquisador, uma vez que nenhum dos fatores é absolutamente determinante. Além da diversidade de fatores que, conjuntamente, determinam as origens da guerra, é preciso empreender um olhar diacrônico que investigue justamente como a guerra se mantém ao longo de dois momentos: 1) duas manifestações distintas de agressão internacional (primeiro da Rodésia sob Ian Smith e depois da África do Sul sob Pieter Botha), e 2) sobre a geração de uma base social interna, que adere, de algum modo, à representação proposta pela RENAMO e extrapola a guerra para além das agressões. Essa conjugação entre essas duas ordens de fatores não permite mais que se trate da guerra em toda a sua extensão como somente uma “guerra de agressão” baseada nos remotos interesses da Guerra Fria, ainda que esses motivos também

sejam patentes. João Paulo Borges Coelho (2001, p. 76; 82) prefere considerar o termo “guerra civil” justamente para o período posterior a 1982, exatamente porque, segundo afirma, é somente a partir dessa data que a RENAMO (transmutada então de MNR) se instala no interior de Moçambique, se “enraizando e alastrando” por todo o território. O pesquisador moçambicano percebe as transformações da guerra assinalando justamente como, quando da independência do Zimbábue, após 1980, o apoio sul-africano veio a “recuperar” a MNR “praticamente extinta”, com pouco mais de 300 combatentes (COELHO, 2010, p. 11-12). Da mesma forma, o investimento sul-africano à RENAMO tem de ser visto em termos de suas limitações e seus interesses específicos. O Acordo de Nkomati representa então um marco de conversação e diálogo entre os dois países que obrigou, ao menos oficialmente, a interrupção do auxílio sul-africano à guerra, e, por isso, a partir de 1985, a RENAMO parece não depender tanto do auxílio estrangeiro e cobre a totalidade do país (COELHO, 2001, p. 86).

O mais importante para a nossa análise literária materialista, no entanto, é o impacto devastador que o conflito gerou no interior das populações do país, destruindo quase que por completo as estruturas do Estado nas províncias, e aprofundando e alimentando uma divisão da população. Evidentemente, como temos discutido, as próprias origens da guerra assentam suas bases num contingente marginalizado das estratégias de integração de criação nacional, mas, após a consolidação da guerra na quase totalidade do território, as divisões se tornam cada vez mais claras, com outros contornos, que remontam às fraturas anteriores, conforme analisa Borges Coelho (2001, p. 89):

A guerra civil cavou uma divisão bem mais profunda: dividiu moçambicanos literalmente ao meio em todo o país, integrando metade na órbita do governo metade na órbita da Renamo. Criou, depois, a divisão entre a cidade e o campo, pois a guerra da Renamo, como a maioria das guerras de guerrilhas,

desenvolveu-se no mato e provocou ondas maciças de deslocados, que se asilaram nas cidades e as fizeram crescer além de todas as expectativas. Aprofundou a divisão, conferindo-lhe um cunho regional e étnico que identificava o sul do país com o governo e o centro com a Renamo.

A análise da situação social e política específica vivida em Moçambique desde a independência até o final da década de 1980 precisa estar conectada com uma reflexão maior a respeito das intermitências, oscilações e dificuldades próprias das composições nacionais que deram origem a Estados no universo após o decair dos colonialismos imperialistas. Eric Hobsbawm, ao analisar o crepúsculo das colonizações europeias a partir da Segunda Guerra Mundial, percebe que o debate acerca das emancipações nacionais passava, necessariamente, sobre as dificuldades de se produzir “nações” em contextos em que esse termo pudesse fazer sentido para as populações locais, abaladas há pouco pelos traumas coloniais (Hobsbawm, 1995, p. 26):

Além disso, os habitantes do Terceiro Mundo que mais se ressentiam dos ocidentais (fosse como infieis, como trazedores de todo tipo de perturbadoras e ateias inovações modernas, ou simplesmente por resistência a qualquer mudança na vida da gente simples, que eles, não sem razão, julgavam seria para pior) opunham-se igualmente à justificada convicção das elites de que a modernização era indispensável. Isso tornava difícil uma frente comum contra os imperialistas, mesmo em países coloniais onde todos os membros do povo súdito suportavam o fardo comum do desprezo dos colonizadores pela raça inferior. A grande tarefa dos movimentos nacionalistas de classe média nesses países era como conquistar o apoio das massas essencialmente tradicionalistas e antimodernas sem pôr em perigo seu próprio projeto modernizante.

A fissura tornar-se-á, porventura, muito mais dramática quando o processo nacional precisar conviver simultaneamente à construção do

Estado. Nesse sentido, será necessário criar um pacto de acordo com a imaginação comunitária para a produção de um mínimo de consenso sobre a ideia de nação (e aqui pensamos no consenso ideológico que é necessário para a formulação da ideia das *comunidades imaginadas*, conforme Anderson [2005, p. 25]). Afinal, quem é que imagina as comunidades, ou que o processo de construção nacional parte de um voluntarismo generalizado da população? Seria isso possível em África, cujos Estados descendem do imperialismo colonial, que recortou territórios à revelia de outras pertenças identitárias? Como afirma Partha Chaterjee (2000, p. 237) ao analisar a realidade indiana:

Assim, a presença de elementos populistas ou comunitários na ordem constitucional liberal do estágio pós-colonial não deve ser interpretada como um sinal de inautenticidade ou insinceridade da política da elite; antes, ela é o reconhecimento, no campo da elite, da presença muito real de uma arena de política subalterna sobre a qual ela devia exercer o domínio, mas que também tinha que ser negociada em seus próprios termos para fins de produção de consentimento.

A questão que aqui temos procurado perseguir é a seguinte: na realidade moçambicana, quais foram as medidas que denotam o esforço pela negociação geradora do consentimento? Talvez na medida em que a guerra da FRELIMO pela independência avançava pelo território, algumas medidas possam ser percebidas, como o esboço de acordo entre as jovens lideranças dos movimentos e os *chairmen* de que já tratamos. Mas a centralização totalitária do pós-independência soa justamente como uma recusa terminante sobre qualquer possibilidade de negociação, o que, por fim, virá a depor contra o projeto de nação imaginado nos primeiros anos da independência, levando ao seu colapso no final da década de 1980, quando, seguida da liberalização nefasta da economia, e acresce-se aí a abertura política multipartidária. Evidentemente, não devemos olvidar que, diante da agressão externa

confessamente contrária à opção ideológica expressa pelo Estado/partido (na terminologia de Macagno), o endurecimento das formas de negociação era previsível. Mas, antes disso, as opções de engenharia social que tiveram muito pouco em conta a autonomia dos diversos universos culturais que compunham o espaço moçambicano não indicariam que algo terrível pudesse acontecer?

Com efeito, se pensarmos em como se deram as ações da FRELIMO em relação às inúmeras culturas que se viram sufocadas no interior do colonialismo, ou, posteriormente, o tipo de ação destruidora e avassaladora da RENAMO no auge da guerra, veremos que as dinâmicas do poder moçambicano, em quaisquer instituições, como que tomam a contramão da tendência apresentada pelos nossos romances quando tratamos da hipótese do presente dependente. Pois se pensarmos como o presente dependente se relaciona com todo um contexto para além da literatura ela-mesma, poderemos pensar que as inúmeras histórias que se intercalam e se aglomeram sobre um presente fraco que mal consegue se impor sejam justamente um apelo contrário a uma tentativa exacerbada de neutralização de diversas peritências culturais outras, que abarcam suas próprias constituições históricas, seus próprios trajetos e seus próprios sentidos. Na contramão do discurso do poder. Explique-se.

Não se pode olvidar que, correlata ao processo de centralização política do Estado era também a elaboração de uma história oficial específica e teleológica que pusesse no centro de todos os processos históricos a FRELIMO como principal e única protagonista – na verdade, a centralização política de Moçambique dependeu especificamente desse tipo de elaboração no campo ideológico, como analisa Edson Borges (2001, p. 231). Numa conferência proferida em 2011 intitulada “Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique”, o historiador João Paulo Borges Coelho (2011) busca analisar o problema da memória no interior de uma sociedade considerando

uma divisão entre o que define como memória coletiva, aquela que aglomera todas as tensões, pluralidades e contradições discursivas no espaço social amplo, e a memória política, aquela oficializada pelo controle de um Estado. A partir dessa divisão primária, o historiador moçambicano passa a delinear o que considera algo próximo a uma memória política moçambicana acerca do processo de emancipação política daquele país. Ao buscar identificá-la, concebe essa memória política como uma “grande narrativa oficial” que, nucleada precisamente no confronto armado pela libertação, garante, pelo menos no âmbito de um discurso oficial, a legitimidade para a ocupação do espaço de governação pela FRELIMO no interior do Estado moçambicano desde sua fundação, ou, como diz, uma *carte blanche* para as decisões do partido (*Ibid.*, p. 03).

Ao reconhecer essa memória política como uma grande narrativa, o historiador identifica as suas principais estruturas e, sobretudo, o fato de essa narrativa se mover essencialmente sobre binarismos opostos. O primeiro binarismo decorrente da narrativa que embasa a memória política moçambicana se calca em definir um “inimigo” (do Estado, da independência, da revolução, de Moçambique, enfim), que será sempre o colonialismo português, no passado, e as forças consideradas neocolonialistas no presente, o *apartheid* sul-africano e rodesiano e o imperialismo e o capitalismo ocidentais – esse binarismo, se, por um lado, legitimava a defesa de um projeto independentista, por outro deslegitimava qualquer possibilidade de questionamento ou de oposição ao modelo proposto pelo partido. Esse principal binarismo oferece subsídios para o entendimento da independência de Moçambique como uma missão épica e gloriosa, uma empreitada destinada a concretizar um grandioso destino nacional, que era, em suma, o próprio projeto político encetado pela FRELIMO na governação do país. Segundo afirma o historiador moçambicano, “a luta de libertação era uma ideia

do passado que veio a formar o núcleo e a substância” do processo de nacionalismo e construção nacional (COELHO, 2011, p. 02). Segundo Borges Coelho, é justamente a extrema simplicidade deste binarismo no interior da história oficial o que lhe garantiu perene eficiência social, e porque era intrinsecamente dotada de um fundo moral imanente, o historiador a analisa precisamente como uma fábula.

Segundo o historiador, a construção e elaboração dessa fábula depende inequivocamente de uma rígida seletividade das múltiplas experiências sociais vividas no tempo colonial, seletividade esta que garantia o privilégio daquelas experiências ligadas às zonas libertadas onde o modelo de Estado e sociedade moçambicanos estavam a ser gestados pelos pressupostos políticos da FRELIMO. Segundo a fábula, essas experiências seriam a forma mais autorizada e correta de vivência anticolonial. A seletividade abrangeria também a preferência por certos tipos de testemunhas, e o maior valor seria preferencialmente atribuído àquelas experiências que estariam em condição de concordar melhor com a versão oficial da experiência do combate – nem todos podem contar sua história, pois a história verdadeira é definida, antes, pelo partido. Construída assim como a versão mais verdadeira e mais correta da história de Moçambique, essa grande narrativa deixou muito pouco espaço para a o debate e para a contraposição de ideias, experiências e visadas diferentes, divergentes ou opostas à versão oficializada na memória política engendrada pelo Estado. Justamente por isso, segundo afirma Borges Coelho, é que a fábula entraria em conflito com outras formas de conhecimento e expressão acerca do passado geradas no interior mesmo da sociedade (2011, p. 08):

Por outro lado, na sua qualidade de “narrativa fechada”, a fábula convive dificilmente com outros mecanismos sociais de lidar com o passado, nomeadamente a história, enquanto disciplina acadêmica, os arquivos, ou ainda várias formas de expressão artística, incluindo a literatura de ficção.

Isso, segundo Borges Coelho, justificaria o fato de a historiografia ter recebido tão pouca atenção das autoridades no pós-independência (conjuntamente ao inegável déficit educacional e científico herdado do tempo colonial), e explicaria também, ao menos historicamente, o polêmico e controverso fechamento de importantes arquivos pela FRELIMO, como é comum vermos até os nossos dias. Vale dizer que, segundo analisa Peter Fry, os primeiros quadros de ciências sociais só surgiriam em Moçambique a partir da liberalização da economia pós-1990, num crescendo que buscava deslocar a análise social científica da ortodoxia doutrinária marxista-leninista que havia praticamente impedido no ambiente intelectual acadêmico do país, representada, sobretudo, pela Universidade Eduardo Mondlane. Esse surgimento de uma ciência social em Moçambique passava, principalmente, por aquilo que Fry chama de “consenso de que a luta da Frelimo contra a heterogeneidade linguística e cultural tinha, de fato, fortalecido a Renamo” e a guerra civil, portanto. Segundo Fry (2001, p. 16):

Com isso começaram a surgir interpretações que fugiam da ortodoxia marxista. Surgiu a vontade de fortalecer as Ciências Sociais em Moçambique. Mas havia pouca gente formada em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, e ainda não havia uma faculdade de Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane.

E esse processo de centralização política no Estado representado pelo partido único que depende e fomenta a centralização de uma história oficial, uma grande narrativa fabular una, coesa e inquestionável, completamente eximida de fraturas ou contradições, talvez estabeleça também relações com a estrutura narrativa construída a partir da hipótese do presente dependente. Qualquer apelo a um sujeito coletivo uniforme seria arriscado em demasia e, doutro modo, até repudiado para uma literatura que, se tomada a manifestação estética

num sentido social, está imbuída de uma inelutável reflexão crítica do mundo ao seu entorno. Por isso *Neighbours* e *Os sobreviventes da noite* acabam por evidenciar muito mais uma coletânea de histórias individuais do que um trajeto coletivo unitário. A unicidade, nesse contexto, é artilosa e repugnante. O presente dependente surge então como um efeito de uma sensação terrível de amputação das histórias que, juntas, comporiam um mosaico polifônico e divergente dentro do território moçambicano. Uma história que se impõe, que enfraquece o presente, é uma forma de gritar que o presente não faz sentido se tomado em alheamento a um passado que o constrói. Por conseguinte, é um apelo a um Estado nacional que, em tempo presente, não fará o menor sentido se não tomado em relação a todo um repertório histórico e cultural que não seria neutralizado e esquecido impunemente.

Outrossim, trata-se de uma construção estética que se esforça por fazer das “pessoas comuns” os protagonistas de uma reflexão sobre um momento histórico nacional, e não os “heróis pátrios da libertação nacional”, agora alçados a grandes figuras da estrutura governamental. Justamente por isso é que Narguiss, Leia e Januário, Mena, José Sabonete, Penete, Rosa, Severino, Matias, Malaquias, António Boca, Maxanissa e até o comandante Roque são exibidos no mais completo desentendimento acerca do que está a acontecer em seu país, nem tampouco conseguem compreender o que está a acontecer a eles próprios. São dilacerados por ações e atitudes tomadas em mesas de poderosos à distância e à revelia deles todos. São cidadãos comuns, sobreviventes de uma noite terrível que se abate sobre todos eles, sem que tenham a menor noção do que lhes ocorre agora. Resta-lhes no presente uma estupefação diante do terror que, não raro, é compartilhada pela voz narrativa de ambas as histórias. Ecoa ao longe a fala do velho Malaquias (*OSN*, p. 96):

– Mas que mundo é este? Que mundo é este que nos força a sair do leito do rio e a enfileirarmo-nos em margens que nunca

foram nossas, que nunca existiram dentro de nós? Que mundo é este que nos leva a repudiar o que os nossos ancestrais construíram durante séculos? Que mundo é este, Matias? [...].

Nessa fala, Malaquias não se refere a nenhum dos lados da batalha. Refere-se às margens de um rio, de uma forma metafórica e abstrata. Porque nenhuma das duas “margens” existiam dentro dele. E, embora as demais personagens de ambos os romances talvez não teorizem sobre o assunto como Malaquias o fez, todas padecem da mesma inquietação. Por isso, não surpreende certo relevo dado a inúmeras descrições que fazem questão de mostrar como as vidas se constituíam antes da guerra, em *Os sobreviventes da noite*, ainda que esse tipo de descrição cultural não esteja posto como uma forma de resgate cultural contrário a um colonialismo hegemônico. Trata-se, sim, de uma forma de apelo à possibilidade de visualizar que as histórias são múltiplas e subsistem, mutiladas ou não, às tragédias históricas causadas por outrem. Maria Fernanda Afonso, ao analisar essa tendência em *Ualalapi*, cujo relevo às culturas das populações ocorre em outra chave, analisa que (AFONSO, 2004, p. 299):

Contrariando a orientação do poder político demasiado atraído por doutrinas que contestam o que consideram ser superstição, a narrativa de Ba Ka Khosa preconiza o respeito dos valores tradicionais numa sociedade agitada por tensões muito violentas e testemunha o interesse do autor pelas suas raízes culturais. Servindo-se de um certo delírio verbal para representar um universo caótico, a obra assume um carácter moralizador próprio da literatura oral, onde normalmente qualquer infração é seguida de uma punição.

A questão da infração e punição é uma constante facilmente verificável em *Ualalapi*, uma espécie de um movimento que percorre toda a obra. No entanto, em *Os sobreviventes da noite*, o delírio verbal

é muito maior, bem como o caos do universo que narra é tanto maior. Da mesma forma, em *Neighbours* existe um esforço tão grande por remontar os passados de cada personagem, que é possível, igualmente, falar de um esforço contrário às tendências de neutralização de pertencas diferentes daquela proposta pelo governo centralizador. Anselmo Alós (2007, p. 1008), ao analisar *Ninguém matou Suhura*, que tematiza as tensões sociais existentes ainda na sociedade colonial, afirma que:

No projeto ficcional de Lília Momplé, torna-se evidente um esforço de vencer a amnésia social, com vistas a manter vivas as recordações das violências e das arbitrariedades colonialistas. A beleza de seus contos é diametralmente proporcional à cruza da violência descrita ao longo das páginas de *Ninguém matou Suhura*. É recorrente, em suas narrativas, a presença de uma melancolia histórica, provocada pelo apagamento das agruras da luta pela independência das ex-colônias africanas [...].

Ora, se o esforço de *Ninguém matou Suhura* era depor justamente contra uma amnésia relativa aos esforços da independência, talvez o mesmo não se possa dizer de *Neighbours*. Com efeito, no romance não há a ênfase tão marcada quanto à distância da população do projeto de nação, como vimos na obra de Khosa. No entanto, precisamos lembrar que a maioria das personagens do romance são urbanas, meio em que o projeto de nação não foi tão alienador como havia sido nos meios rurais. Ocorre, no entanto, que, em *Neighbours*, o esforço parece estar mais voltado contra a amnésia social que abarcava as origens das pessoas, suas histórias pessoais, suas matérias próprias, uma vez que muitas das origens da população eram agora “superstição”. Ainda que poucas culturas sejam efetivamente nomeadas em *Neighbours*, o apelo ao passado é constante.

Precisamos lembrar, no entanto, da máxima que inicia o romance de Lília Momplé. Ao analisar a configuração típica de certas personagens, bem como uma ênfase sobre o fato de as agruras por

que passam as personagens serem passíveis de recorrência na vida de qualquer “trabalhador comum” daquela cidade, vimos como isso atribuía ao romance uma configuração que permitia falar de um corpo social desenhado no seu interior. Em *Khosa*, por mais chocante que seja, não podemos negar que, ao tratar da vida de sete ou oito personagens de um acampamento da RENAMO, ele está a simbolizar a vida de milhares de jovens que tiveram seus destinos traçados de forma comum. A máxima de Lília Momplé dizia justamente que quem não sabe de onde vem não tem ideia de onde está nem para onde vai. A possibilidade de visualização de um fundo crítico em ambos os romances, se tomados em perspectiva comparada, alerta justamente para o fato de que se Moçambique se esquece de onde vem, ou seja, de uma população amplamente plural composta por diversas formas de passado e diversas formas de história, que não poderão agora ser apagadas em nome de nada, não sabe onde está, e muito menos saberá para onde vai.

O grito constante que reverbera a partir dessas obras é para um passado que, dentro da estrutura estética, intercepta um presente que, para fora dos romances, estava a ser desenhado sem passados. Mais do que isso, o foco dessas obras não está nas discussões políticas, nos exercícios do poder institucionalizado, seja da RENAMO, seja da FRELIMO, mas está na vida real, concreta e cotidiana das pessoas, a quem os termos dessa discussão é fugaz e fugidio. Parece seguir a lógica do que escreve Elísio Macamo (2014, p. 14):

Trata-se de uma lógica de poder que consiste na ideia de que a legitimidade do poder advém do facto de alguém ter libertado os outros (Frelimo) ou trazido a democracia (Renamo). É essa lógica que permite que dois interesses particulares negociem a paz entre si como se da paz no país se tratasse, que aprovelem leis de amnistia entre si sem darem às pessoas lesadas o direito (civil) de processarem aqueles que lhes destruíram os seus bens ou tiraram a vida aos seus entes queridos. Tudo isso é

apresentado, naturalmente, como algo que é absolutamente necessário para que se alcance a paz, mas o que esconde é justamente a falta de respeito que a lógica do poder subjacente tem pelo indivíduo e, naturalmente, a extrema vulnerabilidade do indivíduo em relação à arbitrariedade do poder estatal.

O texto de Macamo é relevante por demonstrar justamente que, para além de legislações e acordos que prognostiquem ou a paz ou a guerra entre instituições (e são somente isso) que batalham por nada mais além do mero poder, existe um cotidiano, uma vivência e uma cultura humana que parece nunca ser reconhecida com algum valor determinante quando os jogos de poder ocorrem. Parece ser justamente esse o apelo político e histórico contido na estrutura estética do romance através do tempo dependente quando tratamos de nossa obra. A profusão de vozes e histórias resgata exatamente esse capital cultural humano do silenciamento proposto pelos poderes em todos os momentos daquela história recente de Moçambique. Uma sociedade é feita de indivíduos com suas próprias historicidades, desejos, anseios e preocupações. Qualquer abstração coletivista unitária e formatadora representa um processo de violência simbólica, que terá sua devida repercussão, seja na história, seja na literatura.